

# *MESA* **Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá**

**Casa José Correia de Oliveira**

**APROVADO POR  
UNANIMIDADE DE VOTOS**

EM: 16/04/2025

Alberto Petrucio B. da Silva  
Asst. Legislativo - Port. 017/2016

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA – CLJ  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO.**

**PARECER CONJUNTO CLJ/CFO Nº: 06 /2025.**

**PROJETO DE LEI Nº: 004/2025.**

**AUTORIA:** Poder Executivo.

**EMENTA:** “Dispõe sobre o reajuste aos profissionais efetivos do Magistério Público Municipal, considerando a compatibilidade com o piso salarial nacional e dá outras providências”

**DATA:** 15/04/2025.

## **I – HISTÓRICO.**

Vem a estas Comissões o epigrafado Projeto de Lei, para análise e parecer. A proposição em comento trata do reajuste do piso salarial dos profissionais do Magistério Público Municipal, em cumprimento a legislação de regência. A proposição não se insere nas restrições do artigo 64 de Regimento Interno desta Casa Legislativa, não havendo óbice a sua tramitação solicitada em caráter de urgência urgentíssima pelo Autor consoante os arts. 96 e 96 do RI. Não houve apresentação de propostas de emendas no âmbito das Comissões CLJ/CFO. Isto posto opinamos por sua **ADMISSIBILIDADE**. É o Relatório do necessário.

## **II – PARECERES E VOTOS DOS RELATORES.**

- a) – Da CLJ – A iniciativa é própria do Poder Executivo em matéria objeto da presente proposição. Trata-se de matéria financeira/orçamentária (reajuste salarial) vem arrimada nos arts. 45 e 60 XXVII da Lei Orgânica Municipal. Convém ressaltar a necessidade de assegurar-se remuneração decente aos profissionais da educação, nesse sentido a Carta Magna consagra:





# **Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá**

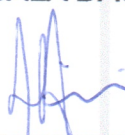
## **Casa José Correia de Oliveira**

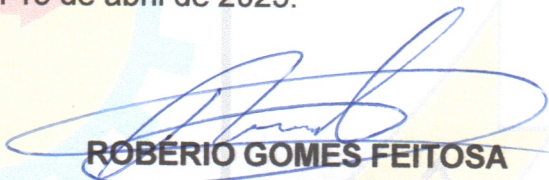
*"O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...] valorização dos profissionais da educação escolar, [...] e [...] os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da CF/88 à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação".*

Nesse ser assim, o Município deve assegurar anualmente a evolução do padrão remuneratório dos docentes conforme preconiza a Lei Federal nº 11.378/2008, que instituiu e unificou o piso salarial dos profissionais do magistério, adotando-se sua metodologia no reajuste do piso para 2025. O PL apresenta boa técnica legislativa e atende os pressupostos de Constitucionalidade e Legalidade. **VOTO PELA APROVAÇÃO.** É O PARECER, S.M.J.

- b) **Da CFO** – As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações próprias do orçamento municipal para o presente exercício (2025), inclusive as oriundas de transferências constitucionais, portanto há adequação financeira e orçamentária para sua plena execução. Também no âmbito desta CFO não verificamos qualquer óbice a **APROVAÇÃO** do PL ora em análise. **VOTO PELA APROVAÇÃO.** Isto é o que me parece, s. m. j.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2025.

  
**MONALYSA MADUREIRA DE AMORIM.**  
- Relatora/CLJ -

  
**ROBERIO GOMES FEITOSA**  
- Relator/CFO -

### **III - CONCLUSÃO DAS COMISSÕES**

Os Colegiados (CLJ/CFO), votam com os relatores para **APROVAR** o Projeto de Lei nº 004/2025 de autoria do Poder Executivo.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2025.

Presentes os Vereadores Membros:

